

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Modificativo)

ITRA AUTOMAÇÃO EIRELI

*Processo de Recuperação Judicial nº 0300369-65.2017.8.24.0038, em
tramitação perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville/SC.*

PREÂMBULO

O presente Plano de Recuperação Judicial Modificativo é apresentado em conformidade ao disposto na Lei nº 11.101/2005 e reforma Lei 14.112/2020, propondo as condições para a quitação das obrigações vencidas/vincendas, para que seja submetido à apreciação de seus credores, em Assembleia Geral de Credores, e, posteriormente, homologação judicial, conforme os termos abaixo.

SUMÁRIO

DEFINIÇÕES

1. INTRODUÇÃO

1.1. DA APRESENTAÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1.2. FATOS RELEVANTES

1.2.1 DAS MODIFICAÇÕES NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. INTRODUÇÃO

1.1. DA APRESENTAÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO

Em função das dificuldades narradas na petição inicial, a Recuperanda apresentou pedido de Recuperação Judicial em 13 de janeiro de 2017, sendo a ação distribuída para a 4ª Vara Cível de Joinville/SC.

Para tanto juntou os documentos que demonstram as dificuldades pelas quais vem passando, bem como os argumentos para se acreditar em um restabelecimento da sua saúde financeira.

O pedido de recuperação judicial foi apresentado com o objetivo de readequar o passivo da Empresa, de forma a sustentar um fluxo financeiro que garanta a capacidade de pagamento dos compromissos firmados, preservando a condição operacional da Empresa e assim, manter a continuidade de suas atividades.

Atendidos todos os pressupostos da Lei 11.101/05 (LRF), arts. 48 e 51, obteve-se, em 16 de fevereiro de 2017, o deferimento do processamento da recuperação judicial, sendo nomeado, nos termos do art. 22, I e II, da LRF, para exercer o encargo de Administrador Judicial, I a pessoa jurídica Socreppa e Schafausser Advogados Associados SC (CNPJ 11.359.159/0001-13 e OAB/SC 1.578/09), cabendo à Dra. Carmen Schafausser (OAB/SC 28.438) a condução do processo, que aceitou o encargo e firmou o respectivo compromisso.

Efetuadas estas considerações introdutórias, cabe acrescentar, que após o deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, novas dificuldades foram impostas a Recuperanda, principalmente relacionadas a pandemia do COVID-19, que vem alterando a rotina de países inteiros e espalhando apreensão por todos os continentes, e ocasionando incertezas acerca das consequências para a atividade econômica de todo o mercado brasileiro.

1.2. FATOS RELEVANTES

1.2.1. DAS MODIFICAÇÕES NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Diante das atuais circunstâncias envolvendo a atual situação econômica nacional, e da negociação com diversos credores, a Recuperanda **ITRA AUTOMAÇÃO EIRELI** vem apresentar a presente proposta de modificação do Plano de Recuperação Judicial proposto.

Como mencionado, o Plano de Recuperação Modificativo revolve sobre o Plano de Pagamentos dos credores sujeitos, como principal pedida para quitação dos débitos.

Esse Plano de Pagamentos, longe de se limitar a propostas dilatórias ou remissórias da dívida, valer-se-á de mecanismos previstos expressamente nos incisos do art. 50 da LRF.

Explicita-se que as propostas de pagamentos serão efetuadas com base na “Relação de Credores vigente – seja ele o Quadro Geral de Credores consolidado ou, não tendo este sido homologado judicialmente, a relação de credores do art. 7º, §2º, da LRF.

Enquanto não homologados eventuais créditos ainda em discussão perante o judiciário, estes serão considerados com base na relação elaborada e publicada na forma do art. 7º, §2º, da LRF (exceto quando expressamente definido como critério o QGC homologado), procedendo-se, quando homologado o referido quadro consolidado, nos eventuais ajustes pertinentes.

Passa-se, assim, à apresentação do Plano de Recuperação Judicial, que pretende alterar:

<ul style="list-style-type: none">• <u>3.2.2. DOS CREDITORES</u>

CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS; e CLASSE IV – CRÉDITOS TITULARIZADOS POR MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Plano de Pagamentos dos créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, passa a valer com a seguinte redação:

3.2.2. CLASSE III E IV – DA REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS E ENQUADRADOS COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Os créditos que integram as Classes III e IV (art. 41, II, III e IV da LRF) serão satisfeitos conforme as condições a seguir expostas.

As formas de pagamento aqui propostas são fundadas nos meios de recuperação dispostos no art. 50, I, VII, IX, XI e XII da LRF (“concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas”; “trespasse ou arrendamento de estabelecimento”; “dação em pagamento”; “venda parcial de bens”; “equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza”).

1) CLASSE III E IV – CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS E ENQUADRADOS COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

I. Deságio: 23%;

II. **Carência:** Carência de 22 (vinte e dois) meses para início dos pagamentos, contados a partir da aprovação do Plano de Recuperação Judicial pelos credores na Assembleia;

III. **Amortização:** Serão pagos em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela a partir do décimo dia útil do mês subsequente ao decurso do prazo de carência.

IV. **Correção:** Todos os créditos desta classe serão acrescidos correção mensal pela CDI e juros com base na SELIC mensal.

IV. **Forma de pagamento:** os pagamentos aqui previstos serão efetuados através de depósito em conta corrente do credor, que deverá apresentar a conta a ser depositado o numerário em até 20 (vinte) dias contados da decisão que homologar o plano de recuperação, sob pena de depósito em conta vinculada. Realizado o pagamento, considerar-se-á integralmente quitada a obrigação.

Não obstante a proposta constante no item “1” acima descrito, a Recuperanda propõe aos credores, para pagamento antecipado de parte do débito, a disponibilização para a venda de parte dos ativos que integram o patrimônio da Empresa.

O resultado da venda dos bens será rateado proporcionalmente ao valor dos créditos de todos os credores constantes no Edital.

Os ativos são constituídos de dois imóveis (terrenos) localizados na Comarca de Balneário Piçarras/SC, matrículas nº 30.293 e 30.294, em anexo, registrados junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Piçarras, avaliados em R\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais) conforme avaliação anexa.

Em sendo aprovada a alienação pela Assembleia Geral de Credores, referidos imóveis serão colocados à venda, e o recurso disponível com esta venda será utilizado para o pagamento antecipado e proporcional aos créditos de todos os credores, independentemente do prazo de carência, ficando o saldo remanescente sujeito as condições descritas no item “1” acima.

Sendo ultimados os pagamentos na modalidade prevista acima, as obrigações aqui referidas se haverão por quitadas de modo pleno e sem ressalvas.

Fica parcialmente alterada a cláusula 5, nos seus itens “b”, “c” e “d”.

• **5. DOS PEDIDOS FINAIS**

- b) Em virtude da novação da dívida, ficam liberados os coobrigados (avalistas e fiadores), bem como a extinção das garantias prestadas pela recuperanda ou terceiros;
- c) A extinção dos processos e execuções em face da Recuperanda e seus coobrigados, sendo que estes não responderam por custas processuais dos processos que tenham sido partes, respondendo, ainda, as partes pelos honorários de seus respectivos advogados.
- d) A partir da aprovação do presente plano, os credores concordam com a imediata baixa de todos os protestos e anotações em cadastros de restrição de crédito, relativos a empresa recuperanda, seus sócios (sejam atuais ou passados) e garantidores;

Referida cláusula do Plano de Recuperação Judicial, passa a valer com a seguinte redação:

5. DOS PEDIDOS FINAIS

b) Novadas as dívidas na forma da Lei nº 11.101/2005 e reforma 14.112/2020, permanecem mantidas as garantias prestadas pela Recuperanda ou terceiros coobrigados;

c) Ocorrendo a extinção dos processos e execuções movidas exclusivamente em face da Recuperanda, eventuais custas e honorários advocatícios serão arcados pelos patronos das partes.

d) A partir da aprovação do presente plano, os credores concordam com a imediata baixa de todos os protestos e anotações em cadastros de restrição de crédito, relativos à empresa Recuperanda;

Desta forma, o modificativo ao Plano garante a manutenção das cobranças e execuções, das garantias anteriormente estabelecidas, contra os coobrigados (avalistas, anuentes e garantidores) de forma paralela ao processo da RJ.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

O modificativo ao plano ora apresentado cumpre os requisitos contidos na LFRE, discriminando os meios a serem empregados.

Através desse modificativo a Recuperanda buscam não somente atender aos interesses de seus credores, sendo que a solução aqui apresentada é a fórmula encontrada para permitir às empresas a possibilidade honrar seus compromissos o quanto antes.

O plano/modificativo, uma vez aprovado e homologado, obriga a Recuperanda e todos os seus credores, bem como os respectivos sucessores a qualquer título, ficando novado o passivo conforme descrito no presente modificativo ao plano, nos termos da legislação.

Desta forma, seguindo os princípios e objetivos da lei, restam apresentados todos os dados necessários para uma tomada de decisão pelos credores.

A aprovação destes modificativos é medida que possibilitará a liquidação dos compromissos ora assumidos, com consequente geração de benefícios a todos os envolvidos.

Todas as demais condições aqui não alteradas permanecem conforme estabelecido no Plano apresentado anteriormente.

Joinville/SC, 30 de março de 2022.

Marcelo Roberto Cabral Reinhold OAB/SC 44416